



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE MIRACEMA DO TOCANTINS
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

MARIA MARTA RODRIGUES DE MELO

**INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O CONHECIMENTO DOS
PROFESSORES DAS ESCOLAS DE MIRACEMA DO TOCANTINS - TO**

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2019

MARIA MARTA RODRIGUES DE MELO

INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O CONHECIMENTO DOS
PROFESSORES DAS ESCOLAS DE MIRACEMA DO TOCANTINS - TO

Monografia apresentada à UFT –
Universidade Federal do Tocantins –
Campus Universitário de Miracema, como
requisito para obtenção do título de
licenciatura em Educação Física, sob a
orientação do Prof. Dr. Vitor Antonio
Cerignoni Coelho.

MIRACEMA DO TOCANTINS (TO)

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

M528i Melo, Maria Marta Rodrigues de.
Inclusão nas Aulas de Educação Física: O Conhecimento dos Professores das Escolas de Miracema-TO. / Maria Marta Rodrigues de Melo. – Miracema, TO, 2019.
41 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Educação Física, 2019.
Orientador: Vitor Antônio Cerignoni Coelho

1. Educação Física. 2. Inclusão. 3. Pessoa Com Deficiência. 4. Formação de Professores. I. Título

CDD 796

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARIA MARTA RODRIGUES DE MELO

INCLUSÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: O CONHECIMENTO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DE MIRACEMA-TO

Monografia foi avaliada e apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema Curso de Educação Física para obtenção do título de Licenciado em Educação Física e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: 12 /03/2019

Banca Examinadora



Prof. Dr. Vitor Antonio Cerignoni Coelho, UFT



Prof. Me. Lucas Xavier Brito, UFT



Prof. Dr. Ruhena Kelber Abrão Ferreira, UFT

Miracema do Tocantins, 2019

Dedico este trabalho aos meus familiares:
minha mãe Deusdete, minha irmã
Fernanda e ao meu marido Hagaone, que
sempre estiveram do meu lado trazendo a
felicidade.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a DEUS que iluminou meu caminho até aqui, agradeço a minha mãe, Deusdete Rodrigues de Melo, que sempre me ensinou, ela me deu a base educacional para chegar até aqui.

Agradeço a minha irmã Fernanda Rodrigues de Melo que esteve ao meu lado nos momentos difíceis e por ter me dado uma sobrinha Julia Alexandrina que amo muito.

Agradeço ao meu marido Hagaone Abreu Lima que acompanhou nesta batalha me apoiando nos momentos bons e ruins.

Agradeço a minha tia Maria Alice, saudades eternas, e seus filhos João Vitor e Alexandra, que me mostraram o verdadeiro sentido da palavra família.

Agradeço ao professor Vitor Coelho por transmitir seus conhecimentos, experiências e vivências, por meio de suas orientações mostrou-me que sou capaz.

Agradeço a todos os professores do curso que transmitiram o conhecimento e contribuíram com meu processo de formação.

Agradeço a todos os meus colegas de sala que tive o prazer de conhecer, e aos que me ajudaram não desistir.

Por fim agradeço aos professores participantes da pesquisa e as escolas do município de Miracema do Tocantins/TO.

RESUMO

A Educação Física é uma área do conhecimento que pode contribuir com o trabalho voltado para a inclusão de alunos deficientes no ensino regular, essa área explora os conteúdos da cultura corporal de movimento (esporte, dança, ginástica, lutas, jogos e brincadeiras) adaptando e proporcionando vivências diversificadas que garantem a inclusão de todos os alunos. Dessa forma, nota-se a importância de conhecer as características do indivíduo para que sejam evitados equívocos no processo de inclusão. Com isso, o objetivo da pesquisa foi verificar a percepção de conhecimento dos professores quanto aos temas necessários para atuar e incluir alunos com deficiência nas aulas de Educação Física no ensino regular. Foi realizada uma pesquisa de campo na rede municipal de Educação de Miracema do Tocantins com a participação de 10 professores de Educação Física, que preencheram um questionário com 14 perguntas sobre o conhecimento do professor referente às deficiências dos alunos. Os resultados obtidos revelam que embora, a maioria dos professores tenha indicado apresentar um conhecimento regular ou bom ($25\% + 42\% = 67\%$) sobre os temas relativos à inclusão de pessoas com deficiência, muitos deles ao justificar e exemplificar seus conhecimentos deram respostas inadequadas ou incoerentes ao conhecimento atribuído. Observa-se uma contradição entre o saber e o fazer na prática profissional dos professores que participaram da pesquisa. Indica-se a implantação de políticas de formação e capacitação de professores no município, principalmente, para atuar com crianças e jovens com deficiência. Sugerem-se pesquisas futuras que possam identificar as condições, recursos pedagógicos e estruturais para realização de adaptações e acessibilidade nas escolas da cidade.

Palavras-chave: Educação Física. Inclusão. Alunos com Deficiência. Conhecimento de Professores.

ABSTRACT

Physical Education is an area of knowledge that can contribute with work aimed at inclusion of disabled students in regular education. This area explores the contents of the movement body culture (sports, dance, gymnastics, fights, games and playing) adapting and providing diverse experiences that guarantee the inclusion of all students. Thus, it is important to know the characteristics of the individual so that mistakes are avoided in the inclusion process. With this, the aim of research was to verify the knowledge perception of teachers on subjects necessary for to act and to include students with disabilities in the classes of Physical Education in the regular education. Was realized a field research in the network municipal teaching of Miracema do Tocantins with the participation of 10 Physical Education teachers, their filled a questionnaire with 14 questions on the teacher's knowledge regarding disabled students. The results show that although the majority of teachers indicated a regular or good knowledge (25% + 42% = 67%) on the subjects related to the inclusion of people with disabilities, many of them, by justifying and exemplifying their knowledge, gave answers inadequate or inconsistent with the knowledge attributed. It observe a contradiction between the knowing and doing in the professional practice of the teachers who participated in the research. It Indicate the implementation of professional training and qualification policies in the municipality, mainly, to work with disabled children and young people. Future research is suggested that can identify the conditions, pedagogical resources and structural to make adaptations and accessibility in schools of the city.

Keywords: Physical Education. Inclusion. Disabled students. Teacher's knowledge.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Características da Amostra quanto a gênero, média de idade, tempo de atuação e formação profissional.....	27
Tabela 2 - Distribuição da percepção de conhecimento pelos professores, nos diferentes temas.....	28
Tabela 3 – Distribuição dos exemplos dados pelos professores, nos diferentes temas	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.2 Objetivo geral	12
1.2 Objetivos Específicos	12
1.3 Justificativa.....	12
1.4 Estrutura do Trabalho	13
2 METODOLOGIA	14
2.1 Tipo de pesquisa	14
2.2 Local e População do estudo	14
2.3 Procedimentos Metodológicos	14
2.4 Aspectos éticos.....	15
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1 Um relato sobre Inclusão da pessoa com deficiência.....	16
3.2 A inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física	18
3.3 Conhecimentos necessários para atuar com alunos deficientes.....	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33
APÊNDICE	36
APÊNDICE A – MODELO TCLE	37
APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE ADESÃO AO ESTUDO	38
ANEXO A	39
ANEXO A - QUESTIONÁRIO: CONHECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E NECESSIDADES ESPECIAIS	40

1 INTRODUÇÃO

Nos meados do século XX, as pessoas com deficiência, em algumas culturas, eram mortas logo ao nascer, pois se entendia que era uma maldição, eles eram vistos como incapazes, sem condições de prosseguir com a própria sobrevivência, eram escondidos, colocados em abrigos ou privados do convívio social. Esses fatos aconteceram durante muitos anos, e ainda hoje, algumas culturas, como povos indígenas, eliminam os recém-nascidos que apresentam alguma deficiência.

Atualmente, ainda existem atitudes e comportamentos preconceituosos contra as pessoas deficientes, a maior dificuldade ocorre durante o processo de inclusão social ao longo da vida. A constituição federal garante a igualdade de direitos fundamentais da pessoa deficiente, assim como, à saúde, educação, alimentação, lazer, moradia, entre outros. A acessibilidade e a inclusão no ensino regular também são temas tratados na lei maior da sociedade brasileira (BRASIL, 1998).

Com o passar dos anos, foram elaborados diversos documentos normativos buscando resguardar e assegurar os direitos da pessoa com deficiência, como a Declaração de Salamanca (1994); a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996); as Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001); Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2013).

Segundo o IBGE (2010), o Brasil tem em torno de 45,6 milhões de pessoas com deficiência (24%) e apenas 7,3 milhões delas frequentam escolas regulares. Cerca de 18,8% da população apresenta deficiência visual, 7% físicas, 5,1% auditiva e 1,4% mental ou intelectual.

As lutas sociais e os documentos normativos foram primordiais para o avanço das políticas de inclusão da pessoa com deficiência. O levantamento estatístico dessa população, também foi importante para compreender o trabalho a ser realizado com esse público no âmbito da Educação Especial na Educação Física.

A inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física no ensino regular e o conhecimento que os professores tem a respeito das características particulares dessa população também são temas tratados nessa pesquisa, o processo de inserção da pessoa deficiente na escola de ensino regular foi assegurada por direitos que constam na LDB (1996) nos artigos 58, 59 e 60, ao se tratar da educação inclusiva.

Entretanto, é importante ressaltar que embora a LDB assegure o ingresso da pessoa com deficiência na escola regular, esses alunos ainda são excluídos das atividades escolares, seja por falta de capacitação profissional, ambiente acessível, recursos adequados e barreiras arquitetônicas que impedem de recebê-los e de promover o pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

Nesse sentido, o estudo se volta especificamente para a percepção de conhecimentos acerca da pessoa com deficiência no âmbito da Educação Física Escolar. A Educação Física é uma área do conhecimento que pode contribuir com o trabalho voltado para a inclusão de alunos deficientes no ensino regular, essa área explora os conteúdos da cultura corporal de movimento (esporte, dança, ginástica, lutas, jogos e brincadeiras) adaptando e proporcionando vivências diversificadas que garantem a inclusão de todos os alunos.

Dessa forma, nota-se a importância de conhecer bem cada indivíduo para que sejam evitados equívocos no processo de ensino. Conforme destaca os autores:

É importante que o professor tenha os conhecimentos básicos relativos ao seu aluno como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa, se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas (CIDADE; FREITAS, 2009, p. 15).

Os conhecimentos necessários para atuar com alunos deficientes são elementos fundamentais para a formação e capacitação docente. Os estudos de Gorgatti et al., (2004); Palma et al., (2010), Júnior e Fiorini (2013), colaboram para a compreensão do trabalho e do conhecimento necessário para atuar com deficientes em aulas de Educação Física.

Os professores de Educação Física na sua formação profissional ao atuar no âmbito escolar se deparam com diversos tipos de alunos, com deficiência ou não, sendo que, a maioria dos professores não está preparado para lidar com essa situação, é importante que o profissional procure se capacitar, mas também é necessário saber quais as principais dificuldades na formação profissional quanto a educação inclusiva.

A formação na área da Educação Física evoluiu nos últimos anos, mesmo assim, nota-se que os professores ainda não apresentam conhecimentos específicos sobre o trabalho a ser realizado com as pessoas deficientes no ensino regular. Diante disso, apresenta-se a problemática desse estudo: qual a percepção

do conhecimento que professores de Educação Física do município de Miracema do Tocantins tem sobre o trabalho realizado com crianças deficientes na escola regular?

Desta forma, vê-se a necessidade de conhecer o processo de inclusão apontado por esses documentos e investigar o conhecimento dos professores para atuar com alunos deficientes.

1.1 Objetivo Geral

Verificar a percepção de conhecimento dos professores quanto aos temas necessários para atuar e incluir alunos com deficiência nas aulas de Educação Física no ensino regular.

1.2 Objetivos Específicos

Identificar o conhecimento dos professores ao atuar com alunos deficientes.

Aplicar um questionário sobre conhecimentos prévios dos professores sobre a pessoa com deficiência e como eles exemplificam ou justificam seus procedimentos em cada caso.

1.3 Justificativa

O tema escolhido no intuito de compreender o processo inclusão dos alunos com deficiência e o conhecimento que o professor de Educação Física tem em relação a inclusão, é os métodos utilizados para a inclusão de alunos deficientes é alunos não deficientes, como forma de inclusão o professor adaptada sua aula para incluir todos de maneira lúdica.

Essa preocupação deu-se por como irei enfrentar enquanto docente com alunos com diferentes tipos de deficiência no período estagio, onde por me deparar com essa com essa situação. Nesse sentido, no intuito de compreender esse processo observou-se a relevância em elaborar uma pesquisa de campo, o conhecimento desses professores necessários para incluir os alunos deficientes no ensino regular.

1.4 Estrutura do Trabalho

A pesquisa estrutura-se a partir da introdução com breve contextualização sobre o conhecimento que os professores têm em relação a inclusão de alunos deficientes. Neste tópico também são incluídos a problemática da pesquisa, os objetivos e a justificativa do estudo.

Em seguida, é apresentado o método de pesquisa que conta com o tipo de pesquisa, população do estudo, procedimentos utilizados e aspectos éticos.

O próximo tópico retrata a fundamentação teórica do trabalho referente aos seguintes temas: a pessoa com deficiência, a inclusão de alunos com deficiência nas aulas de Educação Física e os conhecimentos necessários para atuar com deficientes.

Posteriormente foram apresentados os resultados coletados na pesquisa de campo bem como, a discussão dos dados.

Por fim, foram descritas as considerações finais, referências bibliográficas, anexos e apêndices.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de pesquisa

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo segundo Severino (2007), nesse tipo de pesquisa a coleta de dados é executada em ambiente natural de investigação, além do levantamento de fontes bibliográficas que complementam as observações e dados coletados.

2.2 Local e População do estudo

O trabalho foi desenvolvido na rede municipal e estadual de Miracema do Tocantins com a participação de 10 professores de Educação Física.

2.3 Procedimentos Metodológicos

Primeiramente foi estabelecido o contato com a secretaria de Educação para autorizar o estudo. Em seguida, foram realizados os contatos com as escolas para realização da coleta de dados junto aos professores de Educação Física.

O instrumento metodológico utilizado foi um questionário sobre o conhecimento que o professor atribuía ter sobre desenvolvimento infantil e pessoas com deficiência.

A primeira parte do questionário era sobre o perfil profissional dos participantes e a segunda parte contava com 14 perguntas sobre temas específicos de inclusão das pessoas com deficiência.

Este instrumento foi elaborado pelo Núcleo de Pesquisa em Movimento (NUPEM-UNIMEP) a validação das respostas e a sua utilização foram publicados na pesquisa de Carvalho, Coelho e Tolocka (2016), o instrumento pode ser visto no anexo 1.

Posteriormente a coleta de dados foram utilizadas tabelas para representação dos resultados, bem como, informações estatísticas de média e frequência relativa dos resultados encontrados.

2.4 Aspectos éticos

Este estudo faz parte de um projeto maior intitulado “Adaptação dos jogos e brincadeiras para crianças com necessidades especiais” aprovado pelo comitê de ética de uma Universidade com o parecer 76/13. Foram encaminhadas as autorizações para a Secretaria de Educação e o Termo de consentimento livre esclarecido aos professores, o modelo desses documentos foi anexado ao final do trabalho nos apêndices 1 e 2.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Um relato sobre Inclusão da pessoa com deficiência

Nos meados do século XX, as pessoas com deficiências eram vistas como um peso na família, isso percorreu por muitos anos, além disso, eram chamados de aleijados, inválidos, incapazes, defeituoso, desvalidos, entre outros.

No Brasil, a pessoa com deficiência foi incluída, por vários séculos, dentro da categoria mais ampla dos “miseráveis”, talvez o mais pobre entre os pobres (Silva, 1987). Na cultura indígena, onde as pessoas nascidas com deficiência era um sinal de mau agouro, um prenúncio de castigos dos deuses a eliminação sumária das crianças era habitual, assim como o abandono dos que adquiriam a deficiência no decorrer da vida (NEGREIROS, 2014 p. 16).

As pessoas com deficiência, em outras culturas eram consideradas como castigo ou maldição, elas sofriam o abandono e até mesmo a prática da eliminação, isso ainda acontece entre povos indígenas, ao nascer com alguma deficiência as crianças eram eliminadas e se porventura adquiriam a deficiência ao longo da vida eram abandonados. Muitos desses povos, residentes de zonas isoladas, necessitavam do trabalho na agricultura para a sobrevivência, assim as crianças que nasciam com deficiência não serviram para exercer estas funções na comunidade. Pode-se dizer que não é apenas a cultura indígena que mantém essa prática, mas em todos os lugares observam-se muitas outras formas de preconceito com os deficientes.

Pessoti (1984, p. 4) destaca que, “enquanto o teto protegia o cristão, as paredes escondiam, ou isolavam os considerados inúteis e incômodos”. Em certo tempo as sociedades omitiam o deficiente deixando-o trancado para ninguém saber da sua existência. Acreditava-se na sociedade que as pessoas com deficiência eram incapazes de realizar algumas atividades ou até mesmo um trabalho:

Atualmente no Brasil, como em outros países, percebeu-se com o tempo que, as pessoas com deficiência poderiam estar socialmente integradas participando da vida educacional, laboral e cultural sem estarem restritas ao espaço familiar, hospitais ou as instituições especializadas. Esse é o reflexo da luta, iniciada nos anos 80, em defesa dos direitos das pessoas com deficiência e que reverbera nas legislações, nas políticas públicas e nas ações (...) (NEGREIROS, 2014 p.17).

Na atualidade, ainda existe muito preconceito com as pessoas deficientes, até mesmo para inclusão social. Pode-se perceber que esse avanço ainda é lento, a sociedade não tem o conhecimento necessário com as pessoas deficientes, um exemplo é a maneira como se refere ao deficiente: incapazes e improdutivos, além disso, o uso de termos pejorativos como: “tadinho dele”, “coitadinho”, e “que dó” e tantos outros. A pessoa deficiente enfrenta diversos tipos de exclusão no meio social, apesar das inúmeras dificuldades a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil vem conquistando a atenção de políticas sociais.

Em 1994 na Espanha, um movimento mundial culminou na elaboração da Declaração de Salamanca que reuniu diversos países com intuito de discutir a questão sobre a integração e a educação inclusiva, este movimento foi considerado como a Conferência Mundial de Educação Especial, que teve a participação de 88 países e 25 organizações.

No Brasil, nos últimos anos, após a Declaração de Salamanca, a proposta inclusiva vem sendo discutida e rediscutida, para ser melhor atendida no ensino regular, com os surgimentos de leis que asseguram o direito das pessoas com deficiência, e principalmente sua inserção na escola de ensino regular, escola essa que deve estar estruturada e preparada para receber esses alunos.

Diante disto o documento aponta que:

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os alunos devam aprender juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos [...] (SALAMANCA, 1994, p. 11).

A inclusão de pessoas com deficiência na escola trouxe uma série de mudanças e dificuldades, cabe ao professor conhecer a individualidade de cada aluno nas aulas, proporcionando vivências de atividades igualitárias dependendo da dificuldade do aluno, também é necessário fornecer adaptações para que todos os alunos com e sem deficiência participem, conforme afirma Mantoan (2003, p. 33), “incluir é não deixar ninguém de fora da escola comum, ou seja, ensinar a todas as crianças indistintamente”.

Percebe-se que o processo de inclusão da pessoa com deficiência demanda uma transformação social de esforços coletivos, oriundos de diferentes áreas do conhecimento e de diferentes frentes de trabalho.

3.2 A inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física

A inserção da pessoa deficiente na escola de ensino regular foi assegurada por direitos que constam na LDB (1996) que reservou uma parte específica para a educação inclusiva, a seguir apresenta-se o artigo 58 dessa lei:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

§ 3º A oferta de educação especial, nos termos do caput deste artigo, tem início na educação infantil e estende-se ao longo da vida, observados o inciso III do art. 4º e o parágrafo único do art. 60 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.632, de 2018) (LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO, 1996).

O número de alunos com deficiências matriculados nas escolas regulares aumentou, mas não basta estar matriculado na escola, ele precisa estar incluso nas aulas e nas atividades em classe. A realidade é que a escola não está preparada para receber esses alunos, há problemas de acessibilidade, estrutura, formação e capacitação para atuar com a deficiência do aluno. Os professores não dominam os conhecimentos necessários para intervir e incluir esses alunos.

Segundo Detzel et al., (2011), o aluno presente na sala não significa que já está incluído na aula, ele precisa de equipamentos que assegurem a inclusão e aulas adaptadas para que haja participação de todos. No entanto, o aluno deficiente já se sente excluído, cabe ao professor, através da postura e da adaptação do ambiente, receber o aluno e ressaltar que todos são capazes e resguardar os direitos educacionais.

Outro modo de incluir refere-se ao planejamento do trabalho a ser realizado, atividades realizadas em conjunto podem mostrar os limites e as habilidades de cada aluno. Sendo assim, os professores devem se empenhar em trabalhar com a inclusão do aluno deficiente juntamente com o grupo, buscando neutralizar as diferenças apresentadas.

Segundo Soler (2006), o professor deve buscar identificar em suas aulas, quais as necessidades e capacidades de cada pessoa, e como procurar potencializar sua autonomia e independência.

A inclusão do aluno é o eixo fundamental que norteia a concepção e ação pedagógica da Educação Física escolar, considerando todos os aspectos ou elementos, seja na sistematização de conteúdos e objetivos, seja no processo de ensino e aprendizagem, para evitar a exclusão ou alienação na relação com a cultura corporal de movimento (BRASIL, 1998, p. 30).

O professor tem um papel fundamental no processo de ensino, é necessário usar a criatividade nas estratégias metodológicas de ensino, fazendo com que o processo de inclusão seja produtivo, ele deve conhecer bem o aluno para saber as necessidades de cada um, e através desses conhecimentos proporcionar a inclusão durante as aulas. Segundo Manzini (2010), o professor não deve ficar preso ao planejamento, ele tem autonomia para ser flexível e modificar as estratégias de ensino, com isso adaptando as atividades de acordo com as exigências apresentadas.

De acordo com Poker, Oliveira, Martins (2011, p.3) “no caso dos alunos com deficiência, o professor precisa identificar e conhecer as suas competências e os recursos/estratégias de ensino e qual proporcionam a sua aprendizagem, de forma a superar ou compensar os comprometimentos existentes”.

O professor de Educação Física deve conhecer e entender bem o aluno com deficiência e suas limitações de movimento, assim ele pode pensar e refletir a relação corpo e movimento, oportunizando vivências motoras incluindo todos os alunos, por isso é importante que o professor tenha conhecimento do tipo de deficiência, através do reconhecimento sobre as potencialidades de movimentos que pode ser desenvolvido e aprimorado nas aulas de Educação Física.

A Educação Física é uma área do conhecimento que pode contribuir com o trabalho voltado para a inclusão de alunos deficientes no ensino regular, essa área explora os conteúdos da cultura corporal de movimento (esporte, dança, ginástica,

lutas, jogos e brincadeiras) adaptando e proporcionando vivências diversificadas que garantem a inclusão de todos os alunos. Dessa forma, nota-se a importância de conhecer bem cada indivíduo para que sejam evitados equívocos no processo de ensino-aprendizagem.

É necessário que o professor de Educação Física crie estratégias metodológicas de ensino para incluir os alunos. As aulas de Educação Física precisam ser objetivas e criativas para proporcionar a inclusão dos alunos com deficiência, possibilitando oportunidades de vivências e novas descobertas, e assim o ensino seja um meio de transformação social e de respeito às diferenças do outro (SEABRA JÚNIOR; FIORINI, 2005).

Desta forma, o conhecimento do professor de Educação Física para a inclusão de alunos com deficiências deve ser aprofundado, nesse sentido, a oferta de cursos de formação continuada podem aprimorar os conhecimentos dos professores encontrando soluções pedagógicas de como envolver a participação e a inclusão dos alunos.

3.3 Conhecimentos necessários para atuar com alunos deficientes

Quando falamos em inclusão escolar no ensino regular surgem várias dificuldades que são encontradas tanto pelos professores quanto pelos alunos com deficiências. Nos últimos anos devido ao direito assegurado da inclusão de alunos com deficiências na escola regular aumentou a demanda o professor atuar com diferentes tipos de deficiência, principalmente na Educação Física, que envolve a cultura corporal do movimento.

De acordo Palma *et al.*, (2010) é importante ressaltar que essa inclusão do aluno deficiente deve garantir a inserção no ambiente escolar, participando e adquirindo os conhecimentos necessários de forma adaptada tanto no espaço para que eles possam se locomover com facilidade e segurança quanto nas aulas adaptadas.

Segundo Júnior e Fiorini (2013) relata que o conhecimento e estratégias metodológicas que os professores utilizam para a inclusão estão ligados ao conhecimento adquirido na formação acadêmica, portanto são oferecidos cursos que ajudam na capacitação dos professores para trabalhar com a inclusão escolar: “ o exercício da docência demanda o aprimoramento e a (re)construção de

conhecimentos necessários para desenvolver a prática pedagógica com qualidade” (CAPARROZ; BRACKTH, 2007, p. 311).

E ainda tratando sobre o conhecimentos dos professores de Educação Física em relação à inclusão, Gorgatti *et al.*, (2004) relataram que com toda esse discurso sobre a inclusão surgem vários estudos, como projetos de pesquisas, nessa área da Educação Física escolar, através desses estudos percebe-se a falta de conhecimento dos professores em incluir alunos deficientes nas aulas, segundo a mesma autora, para que haja uma inclusão positiva no ensino regular, é precisar mudar as visões equivocadas e principalmente as atitudes dos professores.

No entanto surgem algumas questões que levam os professores a excluírem esses alunos com deficiência, talvez seja por falta de experiência dos professores ou pelo ambiente escolar não ser adequado ou adaptado para receber os alunos ou até mesmo por confundir deficiência com doença. Fazendo isso o professor está tirando deste aluno a vivência de atividades corporais e lúdicas privando-o das aulas de Educação Física.

Os resultados principais da pesquisa de Gorgatti *et al.* (2004) apontou que 50% dos professores se sentem despreparados para lidar com alunos deficientes em suas aulas mesmo com cursos de preparação oferecido pelo governo, muitas vezes pelo despreparo dos professores ou por algum fato que influenciam a dificuldade em lidar com alunos deficientes os professores afirmam que não gosta ou não gostaria de receber esses alunos em suas aulas de Educação Física.

De acordo Gorgatti *et al.*, (2004), muitos professores dizem que apenas a formação acadêmica não é suficiente para trabalhar com alunos deficientes, portanto para os professores que pretendem fazer cursos na área de Educação Física adaptada, o estudo mostra que 90% desses professores concordam totalmente em fazer cursos para aperfeiçoar os conhecimentos em relação a inclusão do aluno com deficiência na aula. Apenas um professor disse discordar totalmente de fazer cursos preparatórios nesta área. São necessários cursos que aprimorem os conhecimentos dos professores e as instituições de ensino devem incentivar e promover a formação e capacitação de professores.

Outra pesquisa que investigou o conhecimento dos professores sobre assuntos ligados a pessoa com deficiência foi realizada por Carvalho, Coelho e Tolocka (2016) com o objetivo de analisar a percepção de conhecimento de professores que atuam nesse nível de ensino sobre temas relativos à inclusão de

crianças com deficiências em aulas regulares, e como eles procedem nesses casos, participaram da pesquisa 202 professores (179 regentes e 23 de educação física). Foi aplicado o mesmo questionário do qual este estudo utiliza, a diferença foi a quantidade de perguntas usadas, nesse caso foram 10 questões para os professores atribuírem o nível de conhecimento em cada tema sobre pessoas deficientes e inclusão. Os resultados demonstraram que uma variação de aproximadamente 24% a 53% dos professores apresentou conhecimento escasso sobre os assuntos. Os autores entendem que os dados são preocupantes quando se pensa em inclusão de deficientes em escola regular e os riscos que as crianças e jovens podem estar correndo quanto ao processo de estimulação do seu desenvolvimento frente a profissionais que desconhecem os assuntos da inclusão de deficientes.

Conforme Palma *et al.*, (2010) sua pesquisa foi desenvolvida na escola regular da rede estadual, com alunos deficientes frequentadores das aulas de Educação Física. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada, com participação de uma professora de Educação Física e duas professoras das séries iniciais. Os resultados apresentados sobre “a formação do profissional e o aluno com deficiência na turma”; A professora de Educação Física relatou que mesmo com formação acadêmica e mesmo que já tenha experiência em trabalhar com alunos deficientes “a gente fica com um pouco de medo se fosse uma deficiência muito severa”, a professora refere-se em como saber lidar com os tipos de deficiências com maior grau de comprometimento, o professor deve conhecer e compreender as características individuais de cada aluno fazendo com que o próprio aluno descubra suas potencialidades e habilidades durante as aulas.

Para a professora “A” com magistério, português e literatura, além de especialização em gestão escolar, há sete anos na rede estadual e há três anos trabalhando com alunos deficientes no ensino regular, foi observado que a interação da turma com o aluno deficiência é negativa, alunos não aceitam o aluno com deficiência nas aulas práticas de Educação Física e também na sala de aula.

Para a professora “B” com magistério, pedagogia e teologia e atua na 2ª série do fundamental, ela mencionou que sempre teve contato com alunos com deficiências. O seu aluno com deficiência apresenta comprometimentos motores e se desloca em cadeira de roda, ele necessita de auxílio. Ao contrário do primeiro cenário essa turma interage bem com aluno deficiente, os colegas o ajudam sem a

professora pedir. Portanto, nota-se a importância da convivência da turma com o aluno deficiente permitindo novas descobertas de reconhecimento de cada indivíduo, independente da limitação física.

Diante dos estudos e discursões a respeito da educação inclusiva, este assunto vem sendo bastante debatido nos últimos anos, o tema que vem despertando interesses, principalmente, na área da Educação Física escolar. Essas pesquisas mostraram que muitas vezes o professor acredita ter o conhecimento em relação a inclusão, mas não sabe como atuar.

O professor de Educação Física precisa de um conhecimento aprofundado, embora na formação acadêmica haja ao menos uma disciplina de Educação Especial e Educação Física nos cursos universitários, o que não é suficiente para obter todas as informações necessárias para atuar com a inclusão e principalmente nas aulas de Educação Física que requer que professor seja criativo nas metodologias de ensino, pois ele vai lidar com diferentes tipos e deficiências.

No entanto, muitos estudos revelam que a maioria dos professores de Educação Física não tem o conhecimento necessário para trabalhar com inclusão de alunos com deficiência no ensino regular, por essa falta de conhecimento os alunos com deficiência são excluídos e privados de adquirir experiências e vivências durante as aulas, colocando esses alunos em outras atividades separada dos demais alunos.

Portanto, o professor que conhecer o aluno, suas limitações de movimentos e necessidades em relação a locomoção ou adaptação do ambiente, podem proporcionar uma intervenção mais segura do aluno durante as aulas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na tabela 1, os professores foram categorizados quanto ao gênero, formação acadêmica, idade, tempo de atuação, tempo de atuação com alunos deficientes e com tipo de deficiência que os professores trabalharam. Dos 10 professores pesquisados, 7 homens e 3 são mulheres, a média de idade foi de 37 anos, todos são formados em Educação Física, apenas 3 tem especialização, nenhum e na área da inclusão escolar.

Tabela 1 - Características da Amostra quanto a gênero, média de idade, tempo de atuação e formação profissional

		Frequência absoluta
Sexo	Feminino	3
	Masculino	7
Média de Idade	37	
Média de Atuação na educação básica	9,7	
Profissionais que trabalham alunos com deficiência	9 sim	
	1 não	
Média de Tempo de atuação c/ deficiente	4,5	
Tipos de Deficiência	Física	3
	Auditiva	3
	Visual	5
	Intelectual	7
	Alterações Metabólicas	
	Diabetes	1
	Obesidade	3
	Hipertensão	1
	Formação Acadêmica	Educação Física
Pós-Graduação	Especialização	3

Fonte: Dados Trabalhados pelo Autor.

Os dados da Tabela 2 permitem identificar a percepção de conhecimento dos professores quanto aos conhecimentos necessários para incluir alunos nas aulas de Educação Física, 42% dos professores que responderam o questionário disseram ter um bom conhecimento sobre os temas, 25% deles mencionou ter conhecimento

regular sobre os temas, 20% disse não ter nenhum conhecimento, 10% atribuíram ter conhecimento muito bom e 3% disseram escasso.

Tabela 2 - Distribuição da percepção de conhecimento pelos professores, nos diferentes temas

Tema	Percepção do conhecimento					Total
	NC	E	R	B	MB	
1. Manipulação de cadeira de rodas	1	1	4	4		10
2. Transferência da criança da cadeira de rodas para outro assento, ou chão	4		2	4		10
3. Cuidados preventivos com a criança com deficiência visual	4			6		10
4. Cuidados preventivos com a criança com deficiência física	4			5	1	10
5. Estimulo à autonomia e a inclusão social da criança com deficiência			2	6	2	10
6. Cuidados preventivos em atividade física com a criança síndrome de Down	3		1	6		10
7. Utilização de materiais e objetos durante a aula	2	1	2	5		10
8. Critérios para lidar com uma criança durante uma convulsão	2		3	2	3	10
9. Relação da criança com a tarefa e o meio ambiente			4	5	1	10
10. Critérios para avaliar adaptações feitas nas atividades em sala	1	1	2	2	4	10
11. Critérios para acompanhar o desenvolvimento integral da criança	2		4	2	2	10
12. Interações sociais entre as crianças e adultos durante atividades motoras	1		2	6	1	10
13. Possibilidades de Movimento Corporal na Educação Infantil	2		4	3	1	10
14. Tempo e espaço disponível para se movimentar	2		5	3		10
TOTAL %	20%	3%	25%	42%	10%	100%

Legenda: NC=. Nenhum conhecimento; E= escasso; R= regular; B= bom; MB= muito bom

Fonte: Dados Trabalhados pelo Autor.

Embora a maioria dos professores mencione ter um conhecimento regular ou bom (25% + 42% = 67%) sobre os temas da tabela 2, muitos deles ao justificar e exemplificar seus conhecimentos deram respostas inadequadas ou incoerentes, resultado semelhante foi encontrado por Carvalho, Coelho e Tolocka (2016). A tabela 3 demonstra esse panorama de contradição entre o saber e o fazer na prática profissional dos professores que participaram da pesquisa.

Tabela 3 – Distribuição dos exemplos dados pelos professores, nos diferentes temas

Tema	Exemplificações %				Total
	El	EA	J	NR	
1. Manipulação de cadeira de rodas	6	3	1	0	10
2. Transferência da criança da cadeira de rodas para outro assento, ou chão	7	1	2	0	10
3. Cuidados preventivos com a criança com deficiência visual	6	3	1	0	10
4. Cuidados preventivos com a criança com deficiência física	6	4	0	0	10
5. Estimulo à autonomia e a inclusão social da criança com deficiência	6	4	0	0	10
6. Cuidados preventivos em atividade física com a criança síndrome de Down	6	3	1	0	10
7. Utilização de materiais e objetos durante a aula	8	1	0	1	10
8. Critérios para lidar com uma criança durante uma convulsão	7	3	0	0	10
9. Relação da criança com a tarefa e o meio ambiente	8	0	1	1	10
10. Critérios para avaliar adaptações feitas nas atividades em sala	9	1	0	0	10
11. Critérios para acompanhar o desenvolvimento integral da criança	6	3	0	1	10
12. Interações sociais entre as crianças e adultos durante atividades motoras	8	2	0	0	10
13. Possibilidades de Movimento Corporal na Educação Infantil	9	1	0	0	10
14. Tempo e espaço disponível para se movimentar	8	0	1	1	10
TOTAL %	71%	20%	6%	3%	100%

Legenda: El= Exemplos Inadequados; EA= Exemplos adequados; J= apresentou justificativas ao invés de exemplificar; NR= Não respondeu.

Fonte: Dados Trabalhados pelo Autor.

Em relação ao conhecimento sobre a manipulação de cadeira de rodas, dos 10 professores que foram entrevistados apenas um respondeu não ter nenhum conhecimento, pois é o único que não trabalhou com alunos com deficiência em suas aulas de Educação Física.

No entanto, quatro professores marcaram ter um “bom” conhecimento. A maioria das justificativas ou exemplos dados pelos professores são em locais e ambientes acessíveis como rampas, banheiros adaptados e outros espaços para a locomoção do cadeirante no âmbito escolar.

No estudo de Gorgatti et al. (2004), também foi utilizado questionário sobre as atitudes dos professores frente a situação profissional do trabalho, com 10 professores de educação física, 5 da rede particular e 5 da rede pública, 8 possuíam alunos com deficiência em suas aulas, 50% dos professores não sabem ou gostariam de trabalhar com alunos com deficiência nas aulas de Educação Física.

Já no estudo de Rose Júnior (2004) trata-se de uma pesquisa descritiva com a participação de 90 professores de Educação Física, foi aplicado em escolas tanto públicas quanto particulares. Todos eram formandos em Educação Física. A escala apresenta 18 afirmações. Nota-se que quase a metade dos professores (47,8%) não gostava da ideia de ter alunos com deficiências nas aulas, 86,7% dos professores apresentaram ter a intenção de fazer cursos preparatórios adquirindo conhecimentos para trabalhar com a inclusão dos alunos deficientes e 83,3% concordam que a inclusão na aula pode trazer benefícios para o aluno deficiente.

Conforme Aguiar e Duarte (2005), neste estudo houve a participação 67 professores de Educação Física Estado de São Paulo, a maioria desses professores com mais de 10 anos de experiência, com isso 62,7% dos professores entrevistados relatam que não tinham conhecimentos necessários e suficientes para trabalhar com a inclusão com alunos deficientes nas aulas de Educação Física.

Quanto ao conhecimento em relação transferência da criança da cadeira de rodas para outro assento, ou chão, quatro professores afirmam “nenhum conhecimento” nesse tema. Dois professores responderam que seu conhecimento é “regular” para os cuidados com alunos cadeirantes e quatro responderam que seus conhecimentos são “bons” em relação à transferência do aluno da cadeira de rodas.

Registram-se alguns exemplos dos professores que disseram ter um bom conhecimento: P4: “Tivemos um cadeirante que jogava futebol e o manuseio era realizado regularmente e tranquilamente”. P5: “O aluno cadeirante se desloca sozinho pelos ambientes da escola inclusiva na quadra esportiva”.

O professor de Educação Física tem que pensar sua prática de forma que irá incluir todos os alunos seja ele deficiente ou não, pode-se dizer que o profissional deve incluir o aluno e trata-lo de maneiras iguais, adaptar as atividades e ambiente para garantir a participação de todos (SEABRA JÚNIOR; FIORINI, 2005).

Sobre os cuidados preventivos com a criança com deficiência visual, percebemos que a maioria dos professores responderam que seus conhecimentos são “bons”. Os professores relataram: P1: “Espaços adaptadas”. P3: “Permitir que a

criança tenha confiança no deslocamento”. P5: “Os alunos têm uma pessoa que acompanha durante a aula”. P6: “Não incluir na aula prática e teórica de Educação Física”. P8: “Utilizar de materiais que o mesmo pode manipular, existe em braile e garantir a acessibilidade em todo local”.

Os outros quatro professores disseram desconhecer o tema, os exemplos dados foram com base na justificativa de que eles nunca tiveram alunos com esse tipo de deficiência (visual) em suas aulas.

A pesquisa de Fiorini e Manzini (2016), com a participação de 65 professores de Educação Física da Rede Estadual de Ensino e que trabalhavam no Ensino Fundamental I e no Ensino Médio, a coleta foi feita por meio de um questionário, os dados coletados apresentam que a maioria dos professores de Educação Física diz que os alunos que tem deficiência visual são o mais difícil de incluir em suas aulas, em seguida o aluno com deficiência intelectual, depois o aluno indisciplinado; em quarto o aluno com deficiência física, por último o aluno com deficiência auditiva.

Quanto aos cuidados preventivos com a criança com deficiência física apenas um professor disse ter o conhecimento “muito bom” para este aluno, cinco professores responderam ter um “bom conhecimento” e quatro afirmaram desconhecimentos sobre aos cuidados com para os alunos deficientes.

A escola tem obrigação de oferecer ambientes acessíveis e estruturados para receber os alunos deficientes seja no espaço interno da sala de aula ou externo como no pátio, refeitório, quadras, bibliotecas e laboratórios.

No tema sobre estímulo à autonomia e a inclusão social da criança com deficiência, dois professores responderam que seus conhecimentos eram “regulares”, seis professores disseram ter “bom” conhecimento e dois disseram que o conhecimento é “muito bom” em relação a questão.

Para Gorgatti et al., (2004), em seu estudo, 80% dos professores acreditam que a inclusão pode trazer benefícios para todos os alunos com deficiência ou não nas aulas de Educação Física.

No entanto o papel fundamental do professor de Educação Física é conhecer seus alunos, criar estratégias realizando atividades adaptadas onde todos os alunos participem da aula desenvolvendo a autonomia para descobrir suas potencialidades de movimento (FALKENBACH, 2007).

Quanto aos cuidados preventivos em atividade física com a criança Síndrome de Down três professores assinalaram “nenhum conhecimento” nesta questão,

apenas um professor diz que seu conhecimento é “regular” e seis professores responderam terem um “bom” conhecimento sobre o tema.

Exemplos no qual os professores responderam bom conhecimento: P1: Apesar da falta de profissionais com habilidades para tais atendimentos, bem como a preparação da unidade escolar e professores para atendê-los, eu busco estudar sobre o assunto. P2: Quando há atividade assim procuro auxiliá-los e ou fazer outro tipo de rolamento no qual não venha colocar o aluno em risco. P3: Acompanhar de perto demonstrar e auxiliar são fundamentais. P5: Os cuidados com atividades que envolve movimentos abruptos o profissional acompanha eles. P6: Com atividade adaptada em sua necessidade. P7: experiência em estágio, cursos e vivência enquanto acadêmico.

Silva e Ferreira (2001) orientam que o aluno com síndrome de Down cansa com facilidade durante as atividades e se distrai frequentemente. Deve-se ter atenção nas atividades motoras propostas.

No tema sobre utilização de materiais e objetos durante a aula dois professores responderam não ter “nenhum conhecimento”, um professor diz ter o conhecimento “escasso”, quanto ao conhecimento “regular” dois professores responderam e por último, cinco professores dizem ter um “bom conhecimento” sobre o assunto.

Quanto aos critérios para lidar com uma criança durante uma convulsão notamos que dois professores disseram não ter “nenhum conhecimento”, três professores que o conhecimento é “regular”, dois dizem ter um “bom conhecimento” e três professores afirmam ter “conhecimento muito bom” em relação ao aluno com crise convulsiva.

Esses temas são conhecimentos necessários para o professor de Educação Física, pois será preciso atender o aluno de acordo as demandas e todas as deficiências, a maioria dos professores abordaram que em caso de um aluno ter crise convulsiva afastariam as pessoas e objetos de perto e esperaria se acalmar. Exemplos dos professores que disserem que seus conhecimentos são muito bons: P2: Após fazer um minicurso com o SAMU ficou mais claro, porém já sabia como fazer para lidar com tal fato. P4: Trabalhar os primeiros socorros com a turma para que não se assustem nesse caso. P7: cursos, experiência e disciplina na unidade.

Sobre a relação da criança com a tarefa e o meio ambiente quatro professores responderam terem o conhecimento “regular”, quatro professores dizem

ter o conhecimento “bom” e um o conhecimento “muito bom”. Atividade deve ser adaptada no ambiente acessível para o aluno com deficiência com materiais adaptados que contribuam para o desenvolvimento integral do aluno.

Segundo Júnior e Fiorini (2013), utilizar estratégias e diferentes formas, por exemplos conteúdos essenciais para aproximar o aluno, com isso escolheram ambientes favoráveis e acessíveis, matérias selecionadas e adaptadas para o desenvolvimento social, cognitivo, afetivo e motor dos alunos.

Quanto aos critérios para avaliar adaptações feitas nas atividades em sala a maioria dos professores avaliaram que possuem o conhecimento “muito bom”, observa-se que apesar desta escola a maior parte dos exemplos foram inadequados e incoerentes com a afirmação. Para introduzir o critério de adaptação feito na atividade necessita de planejamento por parte do professor, pois com criatividade e uma metodologia de ensino bem executada as adaptações contribuem para a participação e desenvolvimento do aluno com deficiência e dos demais.

Para o tópico de estabelecer critérios para acompanhar o desenvolvimento integral da criança dois professores de acordo com a questão afirmaram não ter “nenhum” conhecimento, quatro o conhecimento é “regular”, dois o conhecimento é “bom” e dois o conhecimento é “muito bom”.

Quanto a justificativa e exemplos, a maioria dos professores responderam de forma incoerente a questão. O professor de Educação Física precisa conhecer todos os alunos para planejar, mediar e incluir métodos e estratégias abrangentes e diversificados, avaliar o desenvolvimento do aluno deficiente a partir da participação dele nas atividades adaptadas considerando todos os aspectos do indivíduo o social, motor, cognitivo e afetivo (MANZINI, 2010; SEABRA JÚNIOR, 2006).

Para o tema práticas corporais podem promover interações sociais entre as crianças e adultos durante atividades motoras, apenas um professor afirmou não ter “nenhum” conhecimento, o único professor que não trabalha com alunos que apresentam alguma deficiência, dois tem conhecimento “regular”, cinco afirmam que seus conhecimentos são “bons” e um professor afirma ter o conhecimento “muito bom”.

No quesito possibilidades de Movimento Corporal na Educação Infantil os professores não souberam exemplificar ou justificar essa questão, dois professores demonstraram ter desconhecimento deste tema, quatro professores afirmaram que

seu conhecimento é regular, três disseram ter um bom conhecimento e apenas um diz que seu conhecimento é muito bom.

Exemplos dos professores em relação ao tema: P1: Muito imaturo, as crianças chegam ao 6º ano com habilidades e conhecimentos ainda não trabalhados, nos esportes principais. P3: Estimular maior variedade possível com segurança.

A última questão refere-se sobre o tempo e o espaço disponível para se movimentar na escola a maioria dos professores entrevistados dizem não trabalhar o tema, mas cinco responderam que seus conhecimentos são regulares e três disseram que seu conhecimento é bom e dois afirmaram não ter nenhum conhecimento.

A necessidade de oferecer tempo e espaço para crianças e jovens se movimentarem na escola é muito importante quando se considera a saúde e o desenvolvimento dos alunos no contexto escolar. O ambiente da escola pode ser um local de encorajamento, incentivo e estímulos para que os alunos modifiquem os altos níveis de atividades sedentárias na escola e substituam por atividades fisicamente ativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o objetivo geral do trabalho foi verificar a percepção dos professores quanto aos conhecimentos necessários para atuar e incluir os alunos com deficiência nas aulas de Educação Física no ensino regular do município de Miracema do Tocantins, verificou-se que os resultados obtidos revelam que embora a maioria dos professores mencionaram ter um conhecimento regular ou bom (25% + 42% = 67%) sobre os temas relativos a inclusão de pessoas com deficiência, muitos deles ao justificar e exemplificar seus conhecimentos deram respostas inadequadas ou incoerentes ao conhecimento atribuído. Observa-se uma contradição entre o saber e o fazer na prática profissional dos professores que participaram da pesquisa.

Diante desta pesquisa na área da inclusão nas aulas de Educação Física buscou-se compreender o conhecimento dos professores sobre alunos com deficiência no ensino regular, nota-se que os professores não têm o conhecimento necessário para trabalhar a inclusão na escola. Uma atenção especial deve ser dada a formação acadêmica que não parece ser suficiente para adquirir os conhecimentos sobre as pessoas com deficiência. Também deve ser considerado que o próprio docente precisa desenvolver autonomia para buscar subsídios e estratégias de ensino, aulas objetivas com a intenção de refletir através da prática.

Sugere-se aos professores e a política de formação do município uma maior atenção a capacitação de professores para atuar com crianças e adolescentes com deficiência, observa-se que pesquisas futuras também possam identificar as condições e recursos pedagógicos e estruturais para realização de adaptações e acessibilidade no município.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J. S. **Educação Inclusiva**: Jogos para o Ensino de Conceitos. 1ª. ed. Campinas: Papirus Editora, 2004.

BRASIL. Decreto-lei no 7.612, de 17 de novembro de 2011. **Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR). Diário Oficial da União, Brasília, DF, nov. 2011.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 23 fev. 2019.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação especial. Brasília: MEC/SEB, 2001.

_____. **Saberes e práticas da inclusão**: Recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: MEC, 2006.

CAPARROZ, F. E.; BRACHT, V. O tempo e o lugar de uma didática da educação física. rev. **Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 21-47, 2007.

CARVALHO, Alexandre Freitas; COELHO, Vitor Antonio Cerignoni; TOLOCKA, Rute Estanislava. Professores de educação infantil e temas sobre inclusão de crianças com deficiência no ensino regular. **Educação & Pesquisa**. São Paulo, v. 42, n. 3, p. 713-726, 2016.

CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. FREITAS, Patricia Silvestre. **Introdução a Educação Física adaptada para pessoas com deficiência**. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009.

SILVA, Diorges Ricardo da. FERREIRA, Juliana Saraiva. Intervenções na Educação Física em crianças com Síndrome de Down. **Journal of Physical Education**, v. 12, n. 1, p. 69-76, 2001.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha 1994. Disponível em: <<http://redeinclusao.web.ua.pt>>. Acesso em: 09 de janeiro 2019.

DETZEL, Indiara. FERREIRA, Luciana. PAULINI, Joice. MESCHKE, Marília. CARMO, Augusto Cesar Freitas do. A contribuição da Educação Física na inclusão e

no desenvolvimento da jovem Laila. **EF Deportes.com, Revista Digital. Buenos Aires** - Ano 16 - Nº 156 - Maio de 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd156/a-educacao-fisica-na-inclusao-da-jovem-laila.htm>. Acesso em: 26/08/2018.

FALKENBACH, Atos Prinz et al. A inclusão de crianças com necessidades especiais nas aulas de Educação Física na educação infantil. **Movimento (ESEFID/UFRGS)**, v. 13, n. 2, p. 37-53, 2007.

FONSECA, V. **Educação especial**: programa de estimulação precoce. Porto Alegre: Artmed, 1995.

GORGATTI, M. G., PENTEADO, S. H.N.W., PINGE, M. D., DE ROSE JR., D. Atitudes dos professores de educação física do ensino regular com relação a alunos portadores de deficiência. **Revista brasileira de Ciencia e Movimento**. v.12, n.2, p. 63-68, 2004.

GORGATTI, Márcia Greguol; DE ROSE JR., Dante. PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES QUANTO À INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Movimento**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 119-140. 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ECONÔMICA. **Grupos populacionais 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

JUNIOR SEABRA, M. O; FIORINI M. L. S. Caminhos para a inclusão educacional do aluno com deficiência nas aulas de Educação Física: estratégias de ensino e recursos pedagógicos. In: MANZINI, E. J. **Educação Especial e Inclusão**. ABPEE, 2005.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MANZINI, E. J. Recurso pedagógico adaptado e estratégias para o ensino de alunos com deficiência. In: MANZINI, E. J.; FUJISAWA, D. S. **Jogos recursos para comunicação e ensino na educação especial**. Marília: ABPEE, 2010. P. 117-138.

NEGREIROS, Dilma de Andrade. **Acessibilidade Cultural**: por que, onde, como e para quem? Rio de Janeiro, 2014.

PALMA, Luciana Erica; MANTA, Sofia Wolker. **Alunos com deficiência física: a compreensão dos professores de Educação Física sobre a acessibilidade nos espaços de prática para as aulas.** Educação (UFSM), Santa Maria, p. 303 - 314, out. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2080>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

POKER, R. B.; OLIVEIRA, A. A. S.; MARTINS, S. E. S. Plano de desenvolvimento individual: avaliação e ação pedagógica na sala de recurso multifuncional. Inclusão. 2011. Disponível em: <www.inclusaoaee.files.wordpress.com/2011/02pdi-texto.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ROSA Enio Rodrigues da. ANDRE Maria Filomena Cardoso. CABRAL Nelson. **Pessoa com deficiência reformulando conceitos e valores Cascavel.** Governo Municipal, 2003.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SOLER, Reinaldo. **Jogos cooperativos para educação Infantil.** 2.ed. Editora Sprint. 2006.

UNESCO. Declaração de Salamanca: na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha: Unesco, 1994.

APÊNDICE A – MODELO TCLE

APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE ADESÃO AO ESTUDO

APÊNDICE A – MODELO TCLE

Projeto: “NOME DO PROJETO OU TEMA”

Essas informações estão sendo fornecidas para sua participação voluntária neste estudo, que visa OBJETIVO DO SEU ESTUDO. O projeto será dirigido por um aluno do curso de _____-UFT/MIRACEMA acompanhado pelo orientador responsável, para que quaisquer riscos sejam minimizados. Você será informado dos resultados desta pesquisa. Se houver qualquer dúvida em relação aos resultados, deve procurar o aluno do curso de

_____ou o professor(a) responsável do estudo NOME do PROFESSOR ORIENTADOR, pelo telefone (63)_____e e-mail _____

Você pode desistir de participar deste estudo a qualquer momento, sem quaisquer prejuízos. As informações serão mantidas em sigilo e os dados utilizados para fins didáticos e de pesquisa, solicitamos a autorização para o uso das mesmas para estes fins.

Você não pagará nenhuma taxa para participar deste estudo, também não receberá nenhuma compensação financeira.

Acredito ter sido suficientemente esclarecido a respeito das informações que foram lidas para mim, sobre o estudo a ser realizado.

Os propósitos do estudo, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos ficaram claros para mim. Ficou claro também, que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos resultados quando necessário. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e posso retirar meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades, prejuízos ou perdas de quaisquer benefícios que eu possa ter adquirido neste serviço.

Nome do voluntário:

Assinatura do Responsável ou Voluntário

_____/_____/_____
Data

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário para a participação neste estudo.

Assinatura do Pesquisador.

_____/_____/_____
Data

APÊNDICE B – MODELO DO TERMO DE ADESÃO AO ESTUDO

Autorização de desenvolvimento da pesquisa TÍTULO DO ESTUDO.

Objetivo do Estudo:

Antes de conceder o consentimento para que esta instituição de ensino participe e autorize a realização do estudo “TEMA OU TÍTULO DO PROJETO”, através da assinatura deste documento, a instituição, através de seu representante legal, foi devidamente informada acerca dos objetivos, métodos, procedimentos, riscos e benefícios decorrentes desta adesão e declara que estará participando do mesmo.

Nome do Representante legal da Instituição:

Cargo:

Eu, NOME do DIRETOR autorizo a realização do projeto de pesquisa: “TEMA DO PROJETO”, nas instalações da NOME DA INSTITUIÇÃO, sob a responsabilidade NOME DO AUTOR DA PESQUISA e orientação do Nome Professor Orientador....

NOME do representante legal da instituição.

Assinatura.

**ANEXO A - QUESTIONÁRIO: CONHECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E
NECESSIDADES ESPECIAIS**

ANEXO A - QUESTIONÁRIO: CONHECIMENTO DO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E NECESSIDADES ESPECIAIS

I – Perfil profissional

Escola que atua _____ Classe que atua _____
 Formação acadêmica _____ idade _____ sexo () F () M
 Instituição que se formou _____ Ano de conclusão _____
 Tempo de atuação na Educação Básica ___anos___meses - Instituição () Pública () Privada
 Tempo de atuação na Educação Infantil ___anos___meses - Instituição () Pública () Privada
 Você atende crianças com deficiência ou necessidades especiais (NE): () Não () Sim. Que tipo? ()
 deficiência física () deficiência auditiva () deficiência visual () deficiência intelectual ()
 Alterações metabólicas () diabetes () obesidade () hipertensão () outras alterações: quais? _____
 Tempo em que atua com alunos com NE () 6 meses () 7-12 meses () 13 a 18 meses () 19 a 24
 meses () 25 a 36 meses () outro _____ meses.

II – Por favor, leia cada questão e circule o número que expressa o quanto você conhece o assunto, considerando:

	Nenhum	Escasso/ Precário	Regular	Bom	Muito bom
Seu conhecimento sobre... é?	1	2	3	4	5

Atenção: Para cada questão justifique porque respondeu nenhum (1) ou de exemplos no caso das outras opções 2, 3, 4 e 5.

Manipulação da cadeira de rodas para deslocamentos. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____ _____					
Transferência da criança da cadeira de rodas para outro assento ou chão. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____ _____					
Cuidados preventivos no meio ambiente com crianças com deficiência física. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____ _____					
Cuidados preventivos com a criança com deficiência visual <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____					

<p>Estimular autonomia e a inclusão social da criança com deficiência. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____</p> <p>_____</p>					
<p>Cuidados preventivos em atividade física com a criança síndrome de Down. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____</p> <p>_____</p>					
<p>Critérios para lidar com uma criança durante uma convulsão <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____</p>					
<p>Como o aluno com deficiência utiliza os materiais/objetos durante uma aula. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____</p> <p>_____</p>					
<p>Relação do aluno com a tarefa (movimentos) e o meio ambiente. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____</p> <p>_____</p>					
<p>Elaboração de critérios para avaliar adaptações feitas nas atividades em aula. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____</p> <p>_____</p>					
<p>Critérios para acompanhar o desenvolvimento integral dos alunos. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____</p> <p>_____</p>					
<p>As interações sociais entre os alunos e adultos durante atividades motoras. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____</p> <p>_____</p>					
<p>Possibilidades de Movimentação Corporal na Escola para pessoas com deficiência. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____</p> <p>_____</p>					
<p>O tempo e espaço disponível para o aluno se movimentar na escola. <i>Justifique ou dê Exemplos:</i> _____</p> <p>_____</p>					